



**ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
GABINETE DO VEREADOR GUSTAVO GAIOSO - PTC**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2019

AUTOR (ES) / SIGNATÁRIO(S)

Ver. GUSTAVO GAIOSO - PTC

EMENTA

Dispõe sobre a concessão do Título Honorífico de Cidadania Teresinense a Senhora Lisabete Maria Marchetti, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí.

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, promulgo o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Teresinense a Senhora Lisabete Maria Marchetti na forma disposta no art. 21, inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, pelos relevantes serviços prestados à cidade de Teresina.

Parágrafo único. A honraria que trata o caput deste artigo é de autoria do Vereador Gustavo Gaioso – PTC, tendo sido aprovada, por unanimidade, pelos Edis deste Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Teresina fica autorizada à providenciar a entrega do Título Honorífico de Cidadania Teresinense de que trata este Decreto Legislativo, em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Teresina (PI), 10 de outubro de 2019.

GUSTAVO GAIOSO – PTC
Vereador

Gustavo Gaioso
Vereador

Gustavo Gatozo
Verador



JUSTIFICATIVA

O Artigo 21 da Lei Orgânica do Município de Teresina estabelece quais são as competências privativas da Câmara Municipal, dentre elas, temos no inciso XVIII - conceder título honorífico e outras honrarias a cidadãos que tenham, reconhecidamente, prestado relevantes serviços ao Município, mediante decreto legislativo aprovado pela maioria de dois terços de seus membros.

Nesse sentido, venho propor a concessão do Título Honorífico de Cidadania Teresinense a Senhora Lisabete Maria Marchetti, nascida em Toledo, no Paraná, e em 2002 tomou posse como Juíza de Direito do Estado do Piauí.

LISABETE MARIA MARCHETTI, nascida em Toledo-PR, em 31.08.1968, filha de Verildo Marchetti e Clemildes Marchetti, segunda filha, dentre os seis filhos do casal.

No início da década de 80 na expansão do Norte do país a família se mudou para o então território de Rondônia, se estabelecendo na cidade de Pimenta Bueno, onde em escola pública cursou o primário, ginásio e científico.

Aos 15 anos de idade começou a trabalhar na Prefeitura Municipal daquela cidade, no setor de contabilidade, ingressando em seu primeiro curso superior, em 1987 (curso de letras) e se formando na área, e em 1994 foi aprovada por concurso público na Polícia Rodoviária Federal e também no mesmo ano foi aprovada no vestibular de Direito da Universidade Federal de Rondônia, campus de Cacoal, em 2000 transferiu-se para a PRF de São Paulo, para dar continuidade aos estudos preparatórios no Damásio, uma vez que naquela época os cursos preparatórios para a magistratura eram presenciais, em 2001 foi aprovada no concurso para Juíza de Direito do Estado do Piauí, tomando posse neste Tribunal em 2002, após em 2003 foi chamada para tomar posse na magistratura do Estado do Pará, no qual também tinha sido aprovada, porém fez a opção por ficar no Estado do Piauí.

No Piauí como Juíza substituta trabalhou em diversas comarcas, após sendo titularizada como Juíza da Comarca de Nossa Senhora dos Remédios (entrância inicial), sendo posteriormente promovida para entrância intermediária para a Comarca de Água Branca, na qual permaneceu até 2017. Em ambas as Comarcas recebeu títulos de cidadania pelos relevantes trabalhos prestados aos jurisdicionados dos referidos municípios.

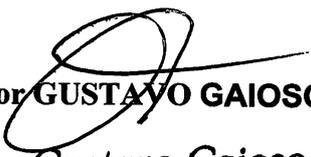
Ao tempo em que era Juíza da comarca de Nossa Senhora dos Remédios acumulou função por três anos respondendo pela Vara de Execuções Penais, ocasião que dentre as muitas ações de destaque em sua atuação na VEP de Teresina foi a iniciativa de realizar Mutirões Carcerários realizados nos próprios presídios, o que foi considerado uma iniciativa única já realizada no Estado do Piauí.

Posteriormente fora promovida para entrância final, como Juíza Auxiliar na Comarca de Teresina, que por determinação do TJ/PI passou a servir como Juíza auxiliar da 7ª Vara Criminal da capital.

No Piauí contraiu núpcias com o advogado piauiense Agenor Franklin de Oliveira Filho, e aqui no Piauí, nasceram seus dois filhos (Felipe e Maria Flor).

Data: 10/10/2019

Vereador **GUSTAVO GAIOSO – PTC**


Gustavo Gaioso
Vereador

LISABETE MARIA MARCHETTI, nascida em Toledo-PR, em 31.08.1968, filha de Verildo Marchetti e Clemildes Marchetti, 2 filha, dentre os 6 filhos do casal.

No início da década de 80 na expansão do Norte do país a família se mudou para o então território de Rondonia, se estabelecendo na cidade de Pimenta Bueno, onde em escola pública cursou o primário, ginásio e científico.

Aos 15 anos de idade começou a trabalhar na Prefeitura Municipal daquela cidade, no setor de contabilidade, ingressando em seu primeiro curso superior, em 1987 (curso de letras) e se formando na área, e em 1994 foi aprovada por concurso público na Polícia Rodoviária Federal e também no mesmo ano foi aprovada no vestibular de Direito da Universidade Federal de Rondônia, campus de Cacoal, em 2000 transferiu-se para a PRF de São Paulo, para dar continuidade aos estudos preparatórios no Damásio, uma vez que naquela época os cursos preparatórios para a magistratura eram presenciais, em 2001 foi aprovada no concurso para Juíza de Direito do Estado do Piauí, tomando posse neste Tribunal em 2002, após em 2003 foi chamada para tomar posse na magistratura do Estado do Pará, no qual também tinha sido aprovada, porém fez a opção por ficar no Estado do Piauí.

No Piauí como Juíza substituta trabalhou em diversas comarcas, após sendo titularizada como Juíza da Comarca de Nossa Senhora dos Remédios (entrância inicial), sendo posteriormente promovida para entrância intermediária para a Comarca de Água Branca, na qual permaneceu até 2017. Em ambas as Comarcas recebeu títulos de cidadania pelos relevantes trabalhos prestados aos jurisdicionados dos referidos municípios.

Ao tempo em que era Juíza da comarca de Nossa Senhora dos Remédios acumulou função por três anos respondendo pela Vara de Execuções Penais, ocasião que dentre as muitas ações de destaque em sua atuação na VEP de Teresina foi a iniciativa de realizar Mutirões Carcerários realizados nos próprios presídios, o que foi considerado uma iniciativa única já realizada no Estado do Piauí.

Posteriormente fora promovida para entrância final, como Juíza Auxiliar na Comarca de Teresina, que por determinação do TJ/PI passou a servir como Juíza auxiliar da 7ª Vara Criminal da capital.

No Piauí contraiu núpcias com o advogado piauiense Agenor Franklin de Oliveira Filho, e aqui no Piauí, nasceram seus dois filhos (Felipe e Maria Flor).